

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Amazônia / ZEE

Data: 03/06/93 Pg.: 20 36

AMBIENTE

IBGE conclui diagnóstico ambiental da Amazônia

Levantamento do instituto sobre a Amazônia Legal indica que 55% dos 16,5 milhões de habitantes da região moram em cidades

GABRIEL NOGUEIRA

RIO — Cidades cada vez mais inchadas e sem infraestrutura, tráfico de drogas, prostituição e garimpo nas áreas de fronteira, concentração fundiária e total ausência de ações do governo federal. Essas informações fazem parte do mais amplo diagnóstico ambiental da Amazônia Legal feito no País, que será entregue no final do mês à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para servir de base ao primeiro zoneamento econômico e ecológico da região.

A Amazônia Legal (que inclui também Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão), tem hoje 55% dos seus 16,5 milhões de habitantes morando em cidades. Com 5 milhões de quilômetros quadrados (60% do território nacional e apenas 11% da população brasileira), a Amazônia precisa de uma macroestratégia para segurar a população nas regiões mais instáveis, como Maranhão e Tocantins, estudos para uso alternativo do solo e avaliação dos grandes projetos agrominerais, explicou a gerente do projeto do IBGE, geógrafa Adma Hamam.

Migração — Serão entregues 46 mapas e estudos à SAE, resultado de dois anos de trabalho de campo cruzados com dados do Censo de 91, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e secretarias de saúde, entre outros, explicou Adma. Com a presença cada vez mais rara do Estado, cresce cada vez mais a população marginal,

principalmente nas áreas de fronteira.

A concentração de terras é grande na Amazônia: em Mato Grosso, 0,1% dos produtores detêm mais de 47% das terras. No Maranhão, a pressão fundiária cria conflitos armados em razão da posse da terra por grandes proprietários. Outro ponto a ser destacado para a SAE diz respeito à fragilidade dos solos e a necessidade da revisão dos critérios agropecuários para evitar desastres ambientais maiores.

A predominância da pecuária sobre as atividades agrícolas mostra o avanço do desmatamento na Amazônia. Havia, segundo dados de 85, 43 milhões de hectares de pastagens, contra 5 milhões de hectares de lavoura temporária e 900 mil hectares de lavoura permanente. Além dessas áreas, grandes extensões de floresta foram destruídas em projetos mineiros. Os maiores dados foram registrados no Pará, Maranhão e Tocantins.

Embora o fluxo migratório para as fronteiras agrícolas tenha diminuído, 51% da população está hoje nas cidades: devido à falta de condições para continuar no interior, cada vez mais gente é expulsa para áreas urbanas. "Em Manaus, nasce um novo bairro a cada novela da Globo", destacou Adma.

O zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal vai ser feito pelos Estados e municípios sob a supervisão da SAE e apoio do IBGE, disse Adma. "Existem várias Amazônias e não se pode fazer um trabalho desses de Brasília, sem estar perto dos problemas de cada localidade", disse.

Adiado lançamento de 'pacote verde'

BRASÍLIA — O governo adiou para a segunda quinzena de junho o lançamento do Programa Nacional de Biodiversidade, que seria divulgado hoje no Palácio do Planalto. O "pacote verde", como está sendo chamado, foi adiado porque a redação de alguns decretos não foi concluída, segundo informou a assessoria de imprensa do Ministério do Meio Ambiente. Itamar Franco quer que os 21 decretos que compõem o programa sejam apreciados antes pela sua consultoria jurídica. A transferência do lançamento foi acertada ontem entre o presidente Itamar Franco e o ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge.

As medidas a serem adotadas pelo governo estão de acordo com as duas convenções internacionais — Biodiversidade e Clima — assinadas durante a Rio-92. Um dos decretos visa instituir uma rede nacional para monitorar a emissão dos gases que provocam o efeito estufa em todo o País. O Brasil foi acusado durante a Rio-92 de ser responsável pela emissão de 5% dos gases que contribuem para o efeito estufa. Um dos decretos do pacote verde propõe a criação de um Conselho Nacional de Diversidade Biológica.